



Iniciamos o ano de 2017 com uma ótima notícia sobre a nossa revista. Na última avaliação de periódicos realizada pela CAPES, referente ao ano de 2015, *Educação em Perspectiva* obteve conceito B1, o que parece indicar que estamos na direção correta na busca da melhoria da qualidade do nosso periódico. Estamos trabalhando para o aprimoramento da editoração e da publicação da revista, visando ampliar a divulgação de resultados das pesquisas científicas dos diversos programas de pós-graduação em Educação do país, bem como estimular o uso dessas publicações pela comunidade de usuários de informação técnico-científica nacional e internacional. Para tal, seguimos empenhados na modernização e melhorias no seu processo editorial e de divulgação para a comunidade científica, a partir das seguintes ações: implementar publicação quadrimestral; ampliar indexações em novas bases de dados, Diretórios e portais; realizar configuração e validação de DOI; fazer aplicação de *Ahead of Print*; e promover a internacionalização da revista.

Em sua 15ª edição, a revista *Educação em Perspectiva* apresenta nove artigos que abordam temáticas variadas, que tratam de políticas públicas e de práticas educativas, problematizando-as e sugerindo novas possibilidades ao fazer educacional.

A edição inicia com o artigo intitulado “*Iniciação científica: possibilidades e limites à instauração de um círculo virtuoso*”, de Adriano de Oliveira e Lucídio Bianchetti, que traz uma discussão antropológico-educacional e reflete sobre questões que permeiam o ser/fazer da Iniciação Científica Júnior (ICJ), concluindo ser a IC uma política de sucesso que desempenha um papel pedagógico e de formação, ao inserir os jovens no *habitus* característico do campo acadêmico.

Os dois artigos seguintes tratam da alfabetização, mas em perspectivas distintas. Em “*Alfabetização sem confins*”, Mitsi Pinheiro de Lacerda problematiza a pergunta que indaga sobre a pertinência da alfabetização em classes de Educação Infantil argumentando que essa questão contém, em si, uma concepção mecanicista de aprendizagem e uma concepção que toma o ensino enquanto repasse. Em seguida, Lorena Santos da Silva, Paula Corrêa Henning e Virgínia Tavares Vieira escrevem sobre a “*Alfabetização, livros didáticos e educação ambiental: produção de sujeitos na contemporaneidade*”, analisando as “verdades” sobre a Educação Ambiental circulantes em livros didáticos que vêm sendo ensinadas e compartilhadas no ciclo de alfabetização.

A temática do pensamento da escola de Vygotsky e seus seguidores é tratada por Valter Machado da Fonseca e Carmen Lucia Ferreira Silva no ensaio intitulado “*Entre a didática e o “chão da sala”: do ensino formal à perspectiva Vygotskiana!*”, que visa compreender a

evolução ou involução da didática e da organização do trabalho escolar presente na escola moderna, confrontadas com os princípios da escola de Vygotsky. Numa outra perspectiva, Antonio Dário Lopes Júnior, Betânea Moreira de Moraes e Ruth Maria de Paula Gonçalves abordam “*As contribuições de Vigotski para o cenário educacional brasileiro: as funções psicológicas superiores em foco*”, objetivando analisar de que maneira Vigotski adentra no cenário educacional do país, além de buscar esclarecer o papel do professor na formação das funções psíquicas superiores.

Os dois artigos seguintes abordam questões sobre o currículo, apontando aspectos para se repensar essa prática e também a formação inicial de professores da escola básica. O artigo intitulado “*O currículo no contexto da sociedade contemporânea sob a perspectiva de professores da educação básica*” de Adriana Regina de Jesus Santos e Rogerio da Costa, analisa as percepções dos professores da educação básica em relação ao entendimento sobre currículo, tendo em vista o amplo campo de possibilidades que a escola oferece para pensar as práticas cotidianas como espaços/tempos da contemporaneidade. Em “*A transição de paradigma na ciência e na educação: uma possível contribuição de Thomas Kuhn para a formação inicial de professores*”, de Ailson Pinhão de Oliveira, é debatido o esgotamento do paradigma da racionalidade técnica e a emergência de epistemes historicamente ignoradas como alternativa à descolonização dos currículos nos cursos de formação de professores.

Os dois artigos, na sequência, discutem desafios a serem enfrentados na implementação de legislação educacional em contexto de instituições do ensino fundamental e superior, respectivamente. O artigo intitulado “*Legislação afro-brasileira e o lugar que as religiões de matriz africana ocupam no ensino de história da África em escolas de Pernambuco*”, de Aurenéa Maria de Oliveira, Maria da Conceição dos Reis, Vilde Gomes de Menezes e Cristiano Cavalcante Ferreira Correio, se propõe a examinar, mediante a implantação da Lei 10.639/2003 em escolas estaduais e municipais das cidades de Recife e Olinda, em Pernambuco, e a partir do trato ou não das religiões afro-brasileiras no ensino de História da África, o lugar que o negro e sua cultura, especificamente religiosa, ocupam nos espaços pesquisados. Encerrando a sequência de artigos, Andrea Braga Moruzzi e Bianca Neves Borges da Silva, em “*A Educação infantil nas universidades federais frente à Resolução CNE/CEB nº 1 de 2011*”, analisam as adequações ocorridas na Unidade de Atendimento a Criança da Universidade Federal de São Carlos, mediante os desafios postos pela Resolução.

Para concluir, agradecemos a todos os colaboradores, sobretudo aos autores, sem os quais este número da revista *Educação em Perspectiva* não teria sido possível, e desejamos a todos uma boa leitura!

*Os editores*